

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

## Nossos Trustes *Economia-Brasil*

O Ministro do Planejamento, João Sayad, declarou durante a solenidade de posse do novo diretor da Secretaria de Controle das Estatais que é preciso “uma espécie de lei antitruste brasileira”, cujo objetivo seria abrir espaço para a economia privada, no confronto com o poder e a força das empresas estatais.

O pronunciamento do Sr. João Sayad balizou com propriedade muitos dos problemas decorrentes da emergência das empresas públicas neste país, porém deixou margens para algumas dúvidas, particularmente porque a receita indicada por ele para o setor estatal é “parar de crescer”, e não necessariamente “parar de existir”.

O Ministro certamente tem razão, e isso ninguém discute, quando se refere aos motivos históricos que justificaram muitos dos nossos empreendimentos estatais na infra-estrutura. Vimos surgir a primeira usina siderúrgica brasileira em meio a uma guerra mundial que impedia o livre fluxo de matérias-primas e ao getulismo que nos conduziu à lei 2.004, do monopólio estatal do petróleo.

Hoje, a siderurgia e a indústria energética em seus vários ramos existem em um quadro bem distinto do que presenciávamos na década de 50. Está demonstrado que as empresas privadas que floresceram na indústria de aço tornaram-se mais eficientes que as empresas públicas, e o valor estratégico do petróleo deve ser considerado com uma ótica distinta, tanto pelos seus preços quanto pelas alternativas de que o país dispõe para o abastecimento interno e externo.

Qual, portanto, o papel dos monopólios, quase-monopólios ou quase “trustes” que criamos dentro das nossas próprias fronteiras? Certamente pecaria por falta de bom senso quem afirmasse que o Estado deve se omitir inteiramente, ou **parar de existir** na infra-estrutura ou em alguns segmentos industriais relevantes. Não haveria nem tempo, nem engenharia administrativa para transferir da noite para o dia todas as atividades que o Estado açambarcou, com o passar dos anos, e com a força da inércia ou o apetite da burocracia.

O estudo da economia e da política contemporânea em nosso lado do mundo oferece, porém, belos

exemplos de como não apenas é possível controlar o Estado, mas ainda fazê-lo regredir às áreas sociais onde sua atuação é indispensável e relevante, como na saúde, na higiene, nos transportes coletivos, no saneamento básico, na segurança.

Se o governo quer inspirações em sistemas socialistas sobre como fazer o Estado “deixar de existir”, pode ir buscá-las até no socialismo espanhol, ou mesmo na versão atual e menos desastrada do socialismo francês. Inscrito no programa do PSOE, o Partido Socialista e Trabalhista Espanhol, encontra-se este primor de declaração:

— Não queremos um Estado maior, queremos um Estado melhor.

E, dito isto, os espanhóis socialistas têm partido para cortar as asas do seu setor público, reconhecendo que ele inchou e se tornou pouco competitivo para participar do Mercado Comum Europeu. Quem se encarregou de gerar novos empregos sem gerar improdutividade nesse esquema socialista racional? A empresa privada, pois é aqui que se criam empregos sem clientelismo nem desperdício.

A parte, talvez, alguma vacilação que o Ministro Sayad tenha deixado transparecer quanto às possibilidades concretas de se enxugar, de fato, os “nossos trustes”, o pronunciamento de Sua Excelência apenas merece elogios, pois demonstra que a Novíssima República começou a jogar o jogo da verdade em relação ao Estado.

Cabe apenas lembrar que nas economias de mercado, como a americana, existem grandes empresas privadas, poderosos grupos empresariais, que, ainda quando possam em larga medida arbitrar preços, estão sujeitas a parâmetros internacionais de competição que desconhecemos. Nem a General Motors ignora isto. E, se formos olhar o que aconteceu com o Continental Illinois, veremos como uma estrutura onde floresceram as casas Morgan, ou os Rockefeller, também está exposta ao cutelo da produtividade e da eficiência. Contrariamente, onde o Estado tudo controlou, somente dolorosos processos políticos puderam reverter experiências mal-sucedidas. Que o diga a França contemporânea com a aventura da estatização dos bancos.